



# Juventude favelada e violência armada: impactos visíveis e invisíveis

**Isabel Cristina Lopes Barbosa**

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-7085-1407>

**Mayalu Matos Silva**

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-0345-1902>

**Fernanda Mendes Lages Ribeiro**

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-3766-9758>

## Introdução

A principal causa de morte da juventude brasileira é o homicídio, principalmente entre homens negros moradores de favelas/periferias (CERQUEIRA et al., 2025). Waiselfisz (2013, p. 9) destaca que a exposição da juventude à violência “evidencia uma imbricação dinâmica entre aspectos estruturantes, relacionados às causas socioeconômicas, e processos ideológicos e culturais, oriundos de representações negativas acerca da população negra”. Para entender essa vulnerabilidade à vitimização pela violência, é fundamental compreender o racismo como um sistema que estrutura a sociedade brasileira, organizando instituições, políticas públicas e práticas estatais e culturais que produzem desvantagens sistemáticas, incidindo de forma desproporcional sobre a população negra (ALMEIDA, 2018; CARNEIRO, 2023; GONZALEZ, 1984).

A Organização Mundial de Saúde considera que taxas de homicídios superiores a 10/100 mil habitantes são indicativas de uma epidemia de violência (OMS, 2002). No estado do Rio de Janeiro, em 2022, a taxa de homicídios de homens negros foi de 56,5/100 mil, superando em muito o patamar previsto pela OMS para considerar a violência sob controle social. As armas de fogo são o meio prevalente de execução dos homicídios, representando 70% no estado do Rio de Janeiro<sup>1</sup>, em 2022.

Esse número, por si só, já deveria colocar a questão da morte de jovens por armas de fogo como prioridade para o Estado e para o campo da saúde pública. Porém, para além das mortes, há uma série de rebatimentos da violência armada sobre a vida e a saúde dessa população, suas famílias, amigos e comunidades de pertencimento. A violência letal pode ser a forma mais visível de violência, mas precisamos estar atentos a outros impactos da violência armada. Assim, neste artigo, buscamos tecer considerações sobre esses impactos a partir de dados oriundos de uma pesquisa qualitativa realizada com jovens de uma favela conflagrada na Zona Norte carioca, conhecida como Manguinhos.

## Violência armada e juventude de favela

A violência cometida com armas de fogo é um fenômeno amplo e complexo, com duas vertentes que se destacam: o conflito armado e a violência armada. Como apontam Hamann-Nielebock e Carvalho (2008), o conflito armado trata do confronto entre forças armadas organizadas internacionais ou internas, com uma estrutura de poder e comando, capaz de sustentar operações militares, e é um conceito reconhecido no âmbito do Direito Internacional Humanitário, possuindo medidas protetivas e reguladoras.

Já o fenômeno da violência armada, definido por esses autores como violência causada pelo uso ilegítimo de armamento por grupos organizados ou semiorganizados contra indivíduos e/ou a forças estatais, sem intenção majoritária de derrubar o Estado ou o governo, não possui um respaldo legal internacional que proteja a população civil de seus impactos. A violência que ocorre em territórios de favelas brasileiras é considerada por Hamann-Nielebock e Carvalho (2008) como violência armada.

---

1 Percentual calculado a partir de dados de homicídios e homicídios por armas de fogo. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series>>. Acesso em: 13 mai. 2026.

A violência armada, portanto, é observada em contextos de paz formal, sobretudo em territórios da periferia do capitalismo e com destaque para a América Latina (MOURA, 2010). Ela diz respeito à grande presença de armas de fogo na sociedade e à violência disseminada por esse uso, tanto por parte de forças estatais quanto de civis armados, com destaque para grupos criminosos. Esse fenômeno se expressa pelo uso ou ameaça com armas de fogo para prática de violências, controle de território, confrontos, balas perdidas, atuação de snipers, entre outros (SILVA et al., 2021). Além dos homicídios, a violência armada tem graves impactos na saúde das pessoas e nas ações sociais dos territórios onde ocorre (RIBEIRO et al., 2022).

Destacamos, nesse cenário, a política de segurança pública implementada historicamente pelo Estado brasileiro, orientada pelo ideário da “guerra às drogas”, que define determinados espaços urbanos como territórios inimigos a serem ocupados e controlados (MACHADO DA SILVA, 2010), locais que passam a ser estigmatizados como perigosos, com sua população considerada periculosa. A gramática bélica constitui a principal – e, muitas vezes, a única – forma de exercício da segurança pública, em detrimento de ações de prevenção e pautadas na inteligência. As intervenções militarizadas representam a principal estratégia de ação estatal da polícia fluminense há décadas; porém, tal atuação não parece afetar a estrutura do sistema criminoso, que segue se expandindo na cidade, como mostra o mapeamento produzido a partir de informações do Disque Denúncia em 2025 (HIRATA; COUTO, 2025).

Nesse contexto de violência armada e crime organizado, a população moradora de favelas passa também a ser criminalizada, deixa de ser reconhecida como sujeito de direitos e passa a ser tratada como suspeita em potencial, sobretudo os jovens negros e pobres (CECCHETTO; MUNIZ; MONTEIRO, 2018). Tal processo se articula ao avanço de um Estado neoliberal e penal que, conforme analisa Wacquant (2007), substitui políticas sociais por mecanismos repressivos, transformando a pobreza em objeto de vigilância, controle e punição, ou seja, substituindo o acesso a direitos por táticas de controle dos indesejáveis.

Nesse contexto, a favela é criminalizada enquanto território e seus moradores são submetidos a práticas sistemáticas de violação de direitos, como invasões domiciliares, abordagens seletivas e uso excessivo da força policial, fenômeno que reforça estigmas raciais e sociais e naturaliza a violência como uma forma legítima de gestão da questão social. Essa política recai de maneira mais intensa sobre um perfil que tem raça, gênero e idade. No ano de 2024, por exemplo, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2025, do total de mortes decorrentes da atuação policial, 82% das vítimas eram pessoas negras, 99,2% eram homens e 48,5% eram jovens (FBSP, 2025).

A atuação violenta do Estado sobre determinados territórios e populações não é uma novidade do início do século XXI. Pelo contrário, ela vem promovendo, ao longo de nossa história, políticas racializadas (GOMES; DOMINGUES, 2014), intervenções na realidade social que criam vantagens e desvantagens de acordo com os marcadores raciais de indivíduos ou grupos, expressões do racismo estrutural de nossa sociedade (ALMEIDA, 2018; CAMPOS, 2017; CARNEIRO, 2023). Assim, a compreensão dos impactos da violência armada sobre a juventude favelada exige o reconhecimento do racismo como elemento estruturante da sociedade brasileira. Nesse sentido, a análise de Nascimento (1978) sobre o genocídio da população negra permanece atual ao evidenciar que a violência racial no Brasil não se restringe à morte física, mas inclui processos contínuos de desumanização, exclusão social e apagamento cultural, operando o que Mbembe (2016) intitula como necropolítica.

Nos territórios favelados, onde se concentra historicamente a população negra, tais dinâmicas se materializam na atuação repressiva e seletiva do Estado, na naturalização da violência e na negação de direitos fundamentais, configurando um contexto em que a juventude negra se torna alvo prioritário de políticas de controle e extermínio. Essa perspectiva é central para compreender a violência armada não como evento isolado, mas como expressão de uma estrutura social que produz e legitima a morte e o sofrimento de determinados corpos.

Segundo Hamann-Nielebock e Carvalho (2008), os impactos deste tipo de violência vão de mortes e ferimentos por armas de fogo a sofrimento de familiares de vítimas, fechamento de serviços essenciais, migrações em busca de refúgio em outras regiões, traumas psicossociais, dificuldades de locomoção, perdas materiais e conflitos interpessoais causados pelo convívio com a violência. Além disso, autores como Gonçalves, Queiroz e Delgado (2017), Silva et al. (2021), Ribeiro et al. (2020, 2022) e Silva, Ribeiro e Serpeloni (2024) acrescentam que são comuns transtornos mentais como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático, além do agravamento de uma série de quadros de saúde física e mental.

Não por acaso, uma das principais estratégias para a promoção da saúde da população negra, preconizada pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, consiste em ações de prevenção à violência, buscando diminuir “a vulnerabilidade de jovens negros à morte, traumas ou incapacitação por causas externas” (BRASIL, 2013, p. 29), ao reconhecer a violência e o racismo como alguns dos principais agravos à saúde da população negra.

## Metodologia

O presente trabalho baseia-se nos resultados de um projeto que buscou problematizar alguns dos impactos da violência armada sobre a saúde de jovens. Ele foi realizado a partir da integração de dois projetos de pesquisa<sup>2</sup> desenvolvidos entre 2019 e 2023 na Fundação Oswaldo Cruz: um ligado ao programa Jovens Investigadores em Juventude e Saúde e outro ao Departamento de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES).

As pesquisas que fundamentam o presente artigo adotaram uma abordagem qualitativa (MINAYO; DESLANDES, 2001), de caráter exploratório, configurando-se como um estudo de caso no território de Manguinhos/Rio de Janeiro. A produção dos dados analisados neste artigo ocorreu por meio da elaboração de diários de campo e realização de 7 entrevistas semiestruturadas com pessoas que viviam ou frequentavam o território estudado e que identificaram impactos da violência armada sobre sua saúde, cotidiano e relações de trabalho: 2 jovens moradores, 1 jovem frequentador de instituições locais, 3 moradores adultos criados no território e 1 trabalhador de instituição local. Quanto ao perfil dos participantes, 4 são homens (sendo 1 branco e 3 negros) e 3 são mulheres (1 branca e 2 negras) com idades entre 18 e 65 anos. A seleção ocorreu a partir

---

2 O primeiro, intitulado Diálogos de juventude: onde fica a saúde quando passa a polícia?, foi desenvolvido pela primeira autora, sob supervisão da segunda. O segundo, coordenado pela terceira autora, intitula-se Conflitos armados e saúde: investigando os sentidos e os impactos da violência entre moradores e trabalhadores da saúde e da educação em Manguinhos/Rio de Janeiro/RJ – estudo de caso e contou com as demais autoras na equipe de pesquisa. Os resultados desta pesquisa podem ser conferidos em: <<https://linktr.ee/fernandamlr>>. Acesso em 13 mai. 2026.

da aproximação com organizações da sociedade civil atuantes no território, que se interessaram em participar da pesquisa indicando pessoas para serem entrevistadas. As organizações participantes foram: Espaço Casa Viva, uma instituição voltada à educação, cultura, desenvolvimento local e luta pela cidadania da população favelada; Comissão dos Agentes Comunitários de Saúde de Manguinhos, organização da categoria profissional dos Agentes Comunitários de Saúde na luta de seus direitos enquanto trabalhadores da atenção básica e do SUS frente ao contexto político de desmonte da política de saúde; Coletivo Pac’Stão, coletivo de jovens moradores voltado à promoção de atividades culturais e artísticas.

As entrevistas foram transcritas na íntegra e todas as informações coletadas foram analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo temática (CAMPOS, 2004), motivo pelo qual os resultados da pesquisa apresentados a seguir são tomados em blocos temáticos. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP/Fiocruz (CAEE: 09986919.9.3001.5279).

Na apresentação dos relatos dos entrevistados, optamos por não apresentar o perfil dos mesmos a fim de preservarmos sua identificação, desse modo, todas as falas serão acompanhadas pela referência “pessoa entrevistada”.

## A política de segurança pública e seus efeitos sobre o território e sua população

A política de segurança pública foi um tema que apareceu diversas vezes nas narrativas dos entrevistados. No território de Manguinhos não existe disputa entre diferentes grupos armados com domínio de território, as chamadas facções criminosas, uma vez que há o domínio de apenas um grupo. Dessa forma, os confrontos acontecem majoritariamente entre as forças policiais e este grupo.

Os entrevistados questionaram a efetividade dessa política, cuja atuação é centrada sobre os locais de varejo de substâncias ilícitas, em geral favelas e periferias, baseada no ideário de guerra às drogas, que vem sendo empreendida há décadas sem lograr mudanças significativas sobre o comércio de drogas ou a diminuição da violência. Eles destacaram que aqueles que realmente lucram com o comércio internacional de drogas, e que possuem poder político e econômico, não vivenciam um caveirão<sup>3</sup> passando por sua rua ou a polícia arrombando a porta de sua casa. Questionaram, assim, se a intenção da política seria realmente acabar com o tráfico de substâncias ilícitas, pois as estratégias parecem ser equivocadas. Muitos entrevistados chegaram à conclusão de que o objetivo da política de segurança não é acabar com o tráfico, mas controlar ou exterminar a população favelizada.

Um de seus efeitos, no entanto, é a criminalização do território e de seus moradores, principalmente jovens. São práticas que naturalizam a violação de direitos fundamentais, como a invasão domiciliar sem mandado de busca e apreensão, o abuso de autoridade e o desrespeito à população pela polícia, a violência sexual voltada a companheiras de traficantes varejistas e a presunção do envolvimento com o crime direcionada à toda a

---

3 Trata-se de um veículo blindado de grande porte utilizado em operações policiais, especialmente em favelas do Rio de Janeiro.

população, “confundindo o morador com bandido” (pessoa entrevistada). Além disso, foram relatados roubos, tentativas de extorsão e uso de drogas durante o serviço pelos agentes do Estado. Embora existam policiais trabalhando de maneira correta, muitas atitudes degradam a imagem da instituição policial, como a execução de sujeitos desarmados e a venda de armas apreendidas para outros territórios.

A atuação policial, ainda que em um mesmo território, ocorre de diferentes formas a depender da pessoa abordada. Nesse contexto, existe um perfil majoritariamente visado pelas forças de segurança, marcado por características como idade, sexo e cor da pele. Os entrevistados relataram já ter visto jovens brancos, de classe média, comprando drogas no bairro sem sofrer qualquer tipo de abordagem policial, mesmo ao passarem em frente a uma blitz policial. Em contrapartida, eles, homens negros, são frequentemente parados pela polícia. Um fato interessante trazido por um entrevistado é que, nessa dinâmica, o policial que agride e executa possui, muitas vezes, perfil semelhante ao daqueles que persegue: “são pobres, pretos e tão matando pobre e preto” (pessoa entrevistada).

Os interlocutores relembram que houve, em 2013, um período de implementação da polícia de proximidade no território, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)<sup>4</sup>, as quais foram alvo de um grande debate acerca de sua efetividade. Alguns entrevistados afirmaram que, inicialmente, a iniciativa representou uma forma positiva de presença do Estado na comunidade. Contudo, com o passar do tempo, os policiais teriam se corrompido e os grupos armados voltado a se fortalecer. Os participantes apontaram, ainda, que, em alguns locais, “boca de fumo” está localizada próxima à unidade da UPP, o que demonstra a sua falta de efetividade. Nas palavras de um entrevistado, é “uma falsa paz”. Atualmente, essa política de proximidade encontra-se enfraquecida, ainda que algumas unidades permaneçam no território.

A violência presente em Manguinhos que impacta os moradores não é promovida apenas pelas forças de segurança estatais. Os grupos armados responsáveis pelo varejo de drogas, com o uso do poder da força e econômico, também submetem a população aos seus interesses. Ou seja, também são protagonistas da violência armada, realizando execuções, agressões e ameaças. Ao contrário do que ocorre com os agentes do Estado, submetidos a mecanismos legais que regulam suas atividades, não existe nenhum tipo de esperança de amparo às vítimas de violência promovida pelo tráfico. Há, neste sentido, um silenciamento da população:

*É triste pra uma mãe ver que seu filho tomou umas madeiradas ou foi morto por um traficante e não poder nem argumentar e falar, o que acontece na comunidade, quando é o policial que faz algo de errado. O policial, a polícia é o Estado dentro da favela. A gente consegue argumentar e falar alguma coisa (pessoa entrevistada).*

---

4 A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foi uma política de segurança pública implantada, a partir de 2008, em algumas favelas do Rio de Janeiro. A proposta consistia em pacificar regiões dominadas por grupos armados por meio da ocupação policial contínua desses territórios. Essa política de proximidade surgiu com a promessa de estabelecer vínculos com o território, mediando conflitos e sendo acompanhada por políticas sociais. Na prática, contudo, segundo Franco (2014), representou um aumento do controle sobre os moradores e da militarização dos territórios.

Os jovens entrevistados identificaram a falta de oportunidades como um dos motivos que faz a juventude se envolver com o comércio de substâncias ilícitas: juntam-se necessidades financeiras à falta de empregos e de acesso a alternativas de futuro e carreira. Eles consideram que acessar conhecimento e qualificação profissional poderia incidir positivamente na redução da criminalidade.

Os impactos da violência armada no funcionamento dos serviços do território são vários: fechamento de instituições, cancelamento de atividades externas, perfurações por munição de arma de fogo nas instalações, invasão das mesmas por partes envolvidas no confronto, além de impactos na saúde de profissionais, afetando dessa forma o atendimento à população.

O funcionamento das unidades escolares também foi uma grande preocupação entre os entrevistados. Sendo o processo educativo algo que necessita de continuidade, o rendimento dos estudantes fica prejudicado se comparado às condições de outros lugares da cidade, o que os faz questionar a meritocracia quando as condições de vida e de estudo são extremamente desiguais.

O luto pelos moradores mortos durante confrontos armados é ainda um motivo para a suspensão das atividades de lazer, cultura e do comércio, como exemplifica o relato de um jovem:

Já deixamos de fazer a roda (de rap) por causa de gente que morreu. Ai não tem nada a ver fazer uma coisa, sendo que três horas da tarde a polícia veio aqui e matou quatro mano. A gente prefere não fazer. Porque fica um bagulho chato. Acontece uma parada aqui na nossa comunidade aí nós bota o som, bota a galera pra animar como se não tivesse acontecido nada, entendeu. Isso é cultural da gente mesmo, da comunidade, quando morre alguém, o pessoal prefere não abrir loja, o pessoal prefere não ligar som, pessoal prefere não fazer nada (pessoa entrevistada).

A respeito dos impactos da Violência Armada sobre as relações de trabalho e a saúde dos trabalhadores do território, foram mencionadas várias situações de risco vivenciadas, como ameaças e violência física perpetrada pelos varejistas de drogas e forças policiais. Apesar de todos trabalharem na mesma comunidade, os profissionais que residem em outras regiões da cidade tendem a abandonar o trabalho mais frequentemente do que os que nele residem. Por outro lado, aqueles que moram no território e trabalham em outras regiões também sofrem impactos da violência armada.

As constantes abordagens e operações policiais atrapalham o trajeto de muitos que precisam se deslocar, implicando em riscos de demissão ou cobranças pelo atraso, o que preocupa os trabalhadores jovens, uma vez que nem sempre essas situações são levadas em consideração ou são facilmente aceitas pelos empregadores.

O deslocamento no bairro e entre regiões da cidade é recorrentemente afetado pela violência armada, o que representa uma violação do direito à mobilidade urbana, um dos principais pontos levantados pelos jovens. O direito à educação é também afetado quando há dificuldades de chegar até as escolas e quando aulas são suspensas em decorrência de confrontos. Muitos pais têm como estratégia a transferência dos filhos para outras regiões da cidade, mesmo que mais distantes de sua residência, para que o rendimento escolar não fique comprometido. Buscar os filhos na escola também é um grande desafio, pois as operações muitas vezes ocorrem em horários de entrada e saída das escolas, sobretudo pela manhã.

## Rebatimentos da violência armada na saúde

A violência armada torna o dia a dia do morador de Manguinhos estressante, impactando, por vezes diretamente, a realização de tarefas cotidianas. Os impactos físicos e mentais relatados incluem dor de cabeça, sensação de impotência, pânico, depressão, ansiedade, dor no estômago, desenvolvimento de hipertensão e hiperatividade, estresse e medo. Mesmo que as morbidades tenham causas não diretamente relacionadas à violência armada, esta pode ser um fator de agravamento de quadros clínicos:

Como eu falei, às vezes quando a gente acorda com um helicóptero dando tiro pro alto, você sente o peito palpitar, você sente dor de cabeça, a sua pressão arterial já se eleva. Inclusive, eu sou hipertenso agora por causa de problemas que eu tive na minha vida e muito por conta dessa violência armada dentro do território (pessoa entrevistada).

A preocupação com a criação dos filhos nesse contexto se sobressai não apenas pela percepção do medo vivenciado pelas crianças, mas também pela identificação da violência armada reproduzida nas brincadeiras infantis. Os jovens indicaram que muitos pais deixam de levar seus filhos aos poucos espaços de lazer e cultura existentes no território por medo da ocorrência de confrontos armados. Na perspectiva de uma jovem entrevistada, a infância desses moradores acaba sendo muito solitária, uma vez que sair para brincar fora de casa significa correr riscos. Alguns entrevistados que têm filhos relataram pensar em morar em outros locais devido à preocupação com as próximas gerações. A preocupação com familiares e amigos também faz parte do cotidiano, levando os moradores a buscar constantemente informações sobre onde essas pessoas estão e, muitas vezes, a sentirem receio de receber visitas. Os impactos da violência não se restringem aos danos físicos provocados por uma perfuração causada por arma de fogo na residência, como afirma uma pessoa entrevistada: *“a bala perfurou a minha mente, perfurou a minha família, perfurou geral”*.

Indagados sobre os possíveis impactos sobre sua saúde, os jovens entrevistados identificaram sentir muito mais o sofrimento mental do que o físico, embora a dimensão física sofra influências da mental. Como principais problemas percebidos estão nervosismo, medo, ansiedade, sensação de não merecimento e pertencimento, desmotivação, baixa autoestima, questões diretamente relacionadas à questão de sua criminalização e do racismo.

O medo da morte e das humilhações decorrentes das abordagens estatais mostra-se marcante e desmobilizador: *“Ah, pessoal fica com medo, pessoal consegue ver um bandido e ficar tranquilo, mas quando vê um policial de farda, toda pessoa se assusta”*. (pessoa entrevistada). Dessa forma, a possibilidade de uma abordagem policial constitui uma fonte de nervosismo e ansiedade constantes, como relata um jovem negro morador: *“O meu medo não é do tiro. Pra quem mora dentro da comunidade o tiro já é normal, tem pessoa que tem medo, assim, do que vai acontecer se a polícia entrar dentro da casa”*.

Além de tudo isso, a vivência de ser um morador de favela muitas vezes traz a sensação de não pertencer a outros espaços, principalmente aos espaços de poder, por conta de estereótipos que a mídia e a sociedade imprimem sobre este território. Por essas questões, ser um jovem favelado é lutar contra um lugar imposto, um lugar que empurra para a criminalização:

Eu acho que saúde é uma parada muito abrangente, né? Pra mim é com relação à estima, de essa coisa de se sentir incapaz, de achar que... Porque realmente quando você é colocada num lugar que você sente muito medo toda hora você acha que não pertence a certos lugares. “O que que eu tô fazendo aqui? Sou da favela, num tá certo” (pessoa entrevistada).

A sensação de insegurança e injustiça social permeou toda a narrativa dos jovens. Mesmo compreendendo que essas experiências fazem parte de uma estrutura social e histórica, eles sofrem por se sentirem impotentes diante de uma realidade na qual não podem se defender, fugir ou reclamar, pois qualquer deslize pode representar o limite entre a vida e a morte. Cercados por casos de homicídio, preocupam-se não apenas com a própria vida, por serem os principais alvos da violência, mas também com a vida de familiares, vizinhos e amigos:

Sua mãe sair, seu pai sair cinco da manhã pra trabalhar sendo negro, né, com um monte de gente louca querendo matar, com sangue nos olhos. Você sabendo que o seu vizinho lá da casa de cima, a criança que tava mexendo no celular, morreu porque confundiram um celular ou brinquedo com uma arma. Isso rola perto de mim, sabe? Então como é que eu vou ficar em paz com isso? (pessoa entrevistada).

## Estratégias e proposições

As narrativas das pessoas entrevistadas revelam um conjunto diverso de estratégias desenvolvidas para lidar com os impactos da violência armada no território. Tais estratégias podem ser compreendidas a partir de três eixos interdependentes: proteção e gestão do risco; organização coletiva de cuidado e comunicação; subjetividade e resistência.

As estratégias de proteção dizem respeito às formas imediatas de lidar com situações de violência armada e envolvem decisões rápidas sobre deslocamento, permanência em casa ou busca de refúgio em espaços considerados mais seguros. Essas escolhas variam conforme o contexto e o perfil dos sujeitos, sendo atravessadas por marcadores como gênero, raça e idade. Os jovens, especialmente homens negros, relataram que determinadas ações, como correr durante operações policiais, podem ser interpretadas como indício de envolvimento com o crime, transformando uma estratégia de autoproteção em fator de risco. A gestão do risco, portanto, ocorre em um cenário de incerteza permanente, no qual nenhuma alternativa é plenamente segura.

Dentre as estratégias construídas coletivamente por instituições, movimentos sociais e redes comunitárias, têm destaque a criação de protocolos de proteção informais ou institucionalizados, práticas de acolhimento e canais de comunicação comunitários. Monitoramento das situações de confronto e uso de redes sociais, como aplicativos de troca de mensagens, configuram mecanismos fundamentais para a proteção. Além disso, as instituições locais assumem frequentemente o papel de promoção de espaços de abrigo e cuidado, tanto físico quanto emocional, especialmente para crianças, jovens e profissionais em atividade no momento dos confrontos. Tais estratégias evidenciam a centralidade da organização comunitária na mitigação dos efeitos da violência armada sobre a vida cotidiana e a saúde da população.

As estratégias subjetivas envolvem mecanismos individuais e coletivos de resistência emocional, como o controle dos afetos, a cautela no cotidiano, o afastamento temporário de situações potencialmente violentas e o recurso à arte, à cultura e à fé como formas de elaboração do sofrimento. Ao mesmo tempo, emergem estratégias de resistência política que se expressam na militância, na construção de redes de apoio e na participação em coletivos e organizações da sociedade civil. Esses espaços são identificados como fundamentais para o fortalecimento da identidade, da autoestima e do senso de pertencimento, ao possibilitarem a compreensão crítica das estruturas de desigualdade, do racismo e da criminalização dos territórios favelados. Assim, as estratégias subjetivas não se limitam à adaptação ao contexto de violência, mas constituem formas de contestação e produção de sentido frente às violações de direitos.

Os entrevistados apontaram a educação, a cultura e a ampliação do acesso a direitos como caminhos centrais para o enfrentamento da violência armada, destacando a necessidade de investimentos estruturais que superem a lógica repressiva da política de segurança pública. Questionou-se a centralidade da guerra às drogas como estratégia estatal, bem como a ausência de ações voltadas à prevenção, à redução das desigualdades e ao fortalecimento das políticas sociais. As proposições enfatizam a importância de políticas públicas orientadas pela equidade, pelo enfrentamento ao racismo e pela valorização das iniciativas construídas nos próprios territórios, indicando que o enfrentamento à violência armada exige a substituição de uma política de morte por projetos comprometidos com a promoção da vida.

## Discussão

Segundo Hamann-Nielebock e Carvalho (2008), as causas da violência armada relacionam-se à negligência do Estado em relação a determinadas populações, a um modelo de segurança pública que permite a atuação de grupos armados, à discriminação contra grupos populacionais, à presença de Estados frágeis ou corruptos, às rivalidades regionais, às heranças do colonialismo e ao acesso a armas e munições.

A juventude negra é a parcela da população que mais morre em situações de violência armada, seja em operações policiais, em conflitos envolvendo grupos ligados ao comércio de substâncias ilícitas e a outras práticas criminosas, ou mesmo em conflitos entre civis (FBSP, 2025). Contudo, para além dessas mortes, este estudo identificou outros impactos da violência armada sobre a saúde, expressos nos efeitos da criminalização que anunciam a possibilidade permanente de novas mortes, agressões e humilhações. Que tipo de segurança está sendo implementada quando a população teme mais os agentes do Estado do que os grupos armados que dominam seu território?

As vítimas dessa militarização são crianças e adolescentes que convivem com medo dos confrontos e acabam reproduzindo-os em suas brincadeiras; são comunidades que sofrem com o cerceamento de direitos básicos; é a população que deixa de acessar unidades de saúde e educação e enfrenta dificuldades de mobilidade urbana para trabalhar, estudar e circular pela cidade, evidenciando uma ampla crise da segurança pública.

As consequências subjetivas, como desmotivação, impressão de não merecimento e não pertencimento, que Nascimento (1978) identifica como sendo parte do racismo brasileiro e do genocídio cultural e psicológico que se coloca como um projeto político histórico racista contra a população negra, levam-nos a questionar a continuidade do foco da segurança pública em uma política militarizada de guerra às drogas em detrimento de ações voltadas à investigação e prevenção.

Os próprios jovens identificam que toda essa repressão tem relação com práticas de apagamento cultural que vêm desde os tempos coloniais. Percebem uma relação entre esta violência e o racismo, identificando que é a população negra de favela o alvo principal da necropolítica (MBEMBE, 2016). O racismo, que faz parte do imaginário social do país, desumaniza essas existências, o que acaba por justificar a atuação violenta do Estado em territórios negros. Ele atua como um dispositivo de controle sobre a vida, operando uma divisão entre quem deve viver e quem pode morrer. Os critérios de seleção para determinar sobre quem incidirá a política de morte estão ligados ao colonialismo e ao racismo, premissas a partir das quais os corpos negros vêm sendo historicamente desumanizados (MBEMBE, 2016; SILVA; RIBEIRO; SERPELONI, 2024).

Não apenas os traficantes varejistas de substâncias ilícitas são criminalizados, mas toda a população moradora é considerada *envolvida com*, como se bastasse a contiguidade física para sentenciar um criminoso real ou em potencial, produzindo discursos sobre uma suposta periculosidade que legitimam a repressão (CECCHETTO; MUNIZ; MONTEIRO, 2018). A recorrência de invasão a residências é uma das práticas que aponta esta criminalização, pois a entrada em espaços privados sem um mandado de busca de apreensão é inconstitucional. Morar em regiões mais pobres da cidade não significa automaticamente o envolvimento com o crime. No entanto, a atuação policial muitas vezes se pauta nessa ideia.

Segundo Machado da Silva (2010), a partir da década de 1980, o debate público sobre as favelas cariocas passou a ser permeado pelo discurso da violência urbana. Esta passou a representar uma ameaça à segurança e ao cotidiano da cidade, tendo como consequência a delegação às forças policiais do controle dos conflitos sociais, mesmo que por meio da violência.

A linguagem dos direitos submerge ou se ressignifica pelo impacto da demanda aos aparelhos policiais de garantias imediatas e a qualquer preço de proteção pessoal e patrimonial, que não são mais compreendidas por meio da noção de direitos civis. A linguagem dos direitos deixou de articular de maneira unívoca o conflito social (e os medos a ele associados), passando a competir com a linguagem da violência urbana, que tematiza os sentimentos difusos de insegurança que pesam sobre as expectativas de prosseguimento pacífico das rotinas diárias e geram a mentalidade de “segurança apesar dos outros”, no lugar da “segurança com os outros” (SILVA, 2010, p. 288).

As pessoas entrevistadas expuseram várias estratégias utilizadas em seu cotidiano para proteção e cuidado, tanto individuais como coletivas. Protocolos de ação e comunicação comunitária, por exemplo, representam meios de preservação da saúde, constituindo mecanismos que podem ser ainda mais investidos e fortalecidos.

existência dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil no território tem permitido que os moradores reconheçam e fortaleçam sua identidade e são promotoras de saúde (RIBEIRO, 2021; RIBEIRO et al., 2022). O trabalho crítico desenvolvido nestes espaços permite que muitos entrem em contato com a “história que a história não

conta”<sup>5</sup>, desvelem o racismo brasileiro e se percebam como pertencentes aos povos que resistem há mais de 500 anos ao modelo de poder colonial que se firmou no país e que tem a violência como “elemento fundante de nossa formação social, [...] responsável pela prática de uma sociabilidade sempre baseada na segregação através da força e da desqualificação simbólica de algum grupo – variável no tempo e no espaço – definido como Outro” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 295).

O debate que buscamos estabelecer neste trabalho lança luz a algumas questões centrais quando se trata da saúde da juventude de favela diante da violência armada: além das mortes violentas, os principais rebatimentos sobre a saúde são psicossociais e funcionam como barreira de acesso a direitos. A política de segurança pública baseada na guerra às drogas opera como um dispositivo necropolítico de controle dos indesejáveis perigosos, sendo o racismo seu elemento central. É preciso empreender socialmente um debate sobre o tema de forma a buscar superar essas formas de opressão e construir um país verdadeiramente democrático e com igualdade de acesso a direitos para todos.

## Considerações finais

Os resultados deste estudo evidenciam nuances dos impactos da violência armada sobre a juventude e extrapolam amplamente a dimensão da violência letal, incidindo de forma profunda e contínua sobre a saúde mental, o cotidiano, as relações sociais e o acesso a direitos fundamentais. A análise das narrativas das pessoas entrevistadas permitiu compreender a violência armada como um fenômeno fundante da vida no território, atravessado pelo racismo estrutural, pela criminalização da pobreza e pela militarização das políticas de segurança pública.

Destacamos as estratégias mobilizadas pelos sujeitos para enfrentar esse contexto, que revelam práticas cotidianas que articulam sobrevivência, solidariedade e produção de sentido frente às violações de direitos.

A discussão aqui desenvolvida reforça que a política de guerra às drogas opera como um dispositivo de controle racializado, legitimando práticas de extermínio físico, psicológico e simbólico da juventude negra. A militarização do cotidiano, ao invés de promover segurança, produz medo, sofrimento e restrição de direitos, comprometendo a saúde em sua dimensão ampliada. Assim, os achados apontam para a necessidade de deslocar o debate sobre segurança pública de uma lógica repressiva para uma perspectiva orientada pela promoção da vida, pela equidade e pela justiça social.

Diante desse cenário, torna-se fundamental o fortalecimento de políticas públicas de prevenção à violência armada, com atenção especial à saúde mental da juventude favelada, bem como o reconhecimento e o apoio às estratégias já desenvolvidas nos territórios. Investimentos em educação, cultura, trabalho, mobilidade urbana e cuidado em saúde, aliados ao enfrentamento do racismo estrutural e da criminalização dos territórios, mostram-se centrais.

---

5 Referência ao samba-enredo de 2019 da escola de samba Estação Primeira de Mangueira, cujo título é *História para ninar gente grande* e aborda a problematização da construção de uma historiografia que romantiza as relações coloniais que aqui se desenvolveram e oculta as lutas e a cultura dos povos não brancos.

Assim, este estudo permite ampliar a compreensão dos impactos da violência armada no cotidiano de jovens que vivem em territórios conflagrados, ao trazer suas percepções e narrativas para o debate. Embora tenha se focado em um território específico, tratando-se de um estudo localizado que não pode ser generalizado, a militarização do cotidiano, que se configura em diversos locais país afora, permite considerar que os efeitos relatados por jovens em Manguinhos também podem estar presentes nos outros territórios que enfrentam situações semelhantes, ainda que com suas especificidades em cada local, o que configura um campo aberto para novos estudos. Por fim, compreender os impactos da violência armada a partir das experiências da juventude de Manguinhos evidencia que o enfrentamento desse fenômeno exige mais do que ações pontuais de segurança: demanda a construção de projetos coletivos de sociedade que afirmem o direito à vida, à dignidade e à saúde como princípios inegociáveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.
- CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 57, n. 5, set./out. 2004.
- CAMPOS, L. A. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 95, p. 1-19, 2017.
- CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CECCHETTO, F. R.; MUNIZ, J. O. de; MONTEIRO, R. A. de. “Basta tá do lado” – a construção social do envolvido com o crime. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 99-116, jan./abr. 2018.
- CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2025**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2025.
- DOMINGUES, P.; GOMES, F. S. dos (Orgs.). **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014.
- FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.
- FRANCO, M. **UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- GONÇALVES, H. C. B.; QUEIROZ, M. R. de; DELGADO, P. G. G. Violência urbana e saúde mental: desafios de uma nova agenda? **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 29, n. 1, p. 17-23, jan./abr. 2017.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: MACHADO DA SILVA, L. A. et al. (Org.). **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1984.
- HAMANN-NIELEBOCK, E.; CARVALHO, I. S. de. A violência armada e seus impactos sobre a população civil: um fardo necessário? **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 104-118, jul./ago. 2008.
- HIRATA, D.; COUTO, M. I. **Mapa histórico dos grupos armados 2025**. [livro eletrônico]. Edição dos Autores, 2025. Disponível em: <<https://geni.uff.br/relatorios/>>. Acesso em: 26 fev. 2026.
- MACHADO DA SILVA, L. A. “Violência urbana”, segurança pública e favelas - O caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, mai./ago. 2010.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.
- MINAYO, M. C. S. de; DESLANDES, S. F. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, T. **Novíssimas guerras: espaços, identidades e espirais da violência armada.** Coimbra: Almedina, 2010.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OMS. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

RIBEIRO, F. M. L. (Coord.). Lides violência armada e saúde: documento síntese. **Pesquisa conflitos armados e saúde – investigando os sentidos e os impactos da violência entre moradores e trabalhadores da saúde e da educação em Manguinhos/Rio de Janeiro-RJ – estudo de caso.** Rio de Janeiro: Fiocruz; ENSP; Claves, 2021.

RIBEIRO, F. M. L. et al. Sumário executivo: **Violência armada e saúde: investigando os sentidos e os impactos da violência entre moradores e trabalhadores da saúde e da educação em Manguinhos/Rio de Janeiro/RJ – estudo de caso.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2020.

RIBEIRO, F. M. L. et al. Impactos da violência armada na saúde: estudo de caso em Manguinhos/RJ. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL FALANDO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ**, 1., 2022, Rio de Janeiro. Artigos do Congresso Internacional Falando sobre Segurança Pública na Maré. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2022. v. 1.

SILVA, M. M. et al. “No meio do fogo cruzado”: reflexões sobre os impactos da violência armada na Atenção Primária em Saúde no município do RJ. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 6, p. 2109-2118, 2021.

SILVA, M. M.; RIBEIRO, F. M. L.; SERPELONI, F. Violência armada, saúde mental e racismo: reflexões a partir do caso do Rio de Janeiro, Brasil. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 28, e230517, 2024.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WASELFISZ, J. J. **Homicídios e juventude no Brasil.** Brasília, DF: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013.

**Resumo** Este estudo teve por objetivo refletir sobre os impactos da violência armada sobre jovens moradores do território de Manguinhos, um conjunto de favelas da cidade do Rio de Janeiro/RJ. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória, com a realização de entrevistas semiestruturadas e o uso da análise de conteúdo temática. Discute-se como a violência armada, a política de segurança pública e o racismo estrutural afetam a vida, a saúde da juventude e o seu território de moradia, assim como as estratégias de proteção utilizadas diante desse cotidiano. Apesar de o impacto mais visível da violência armada ser a alta taxa de homicídios, principalmente sobre jovens negros e periféricos, os resultados mostram rebatimentos na saúde física e mental da população.

**Palavras-chave:** juventude, violência armada, favela, segurança pública, racismo.

#### **Juventud favelada y violencia armada: Impactos visibles e invisibles**

**Resumen** Este artículo tuvo como objetivo identificar los impactos de la violencia armada sobre jóvenes residentes del territorio de Manguinhos, un suburbio de la ciudad de Río de Janeiro/RJ. Se trata de una investigación cualitativa exploratoria fundamentada en la realización de entrevistas semiestructuradas y el uso del análisis de contenido temático. Se discute cómo la violencia armada, la política de seguridad pública y el racismo estructural afectan la vida y la salud de la juventud y su territorio de residencia, así como las estrategias de protección utilizadas frente a este cotidiano. A pesar de que el impacto más visible de la violencia armada es la alta tasa de homicidios, principalmente de jóvenes negros y periféricos, los resultados muestran repercusiones en la salud física y mental de la población.

**Palabras clave:** juventud, violencia armada, suburbios, seguridad pública, racismo.

#### **Youth from the favelas and armed violence: Visible and invisible impacts**

**Abstract** This study aimed to identify the impacts of gun violence on young residents of Manguinhos, a cluster of slums in the city of Rio de Janeiro, RJ. It is an exploratory qualitative study with semi-structured interviews and thematic content analysis. The paper addresses how gun violence, public security policies, and structural racism affect the lives and health of youth and their territory, as well as the protective strategies employed in response to these everyday conditions. Although the most visible impact of gun violence is the high homicide rate—particularly among black youth from urban periphery — the results reveal significant repercussions for the population's physical and mental health.

**Keywords:** youth, gun violence, slum, public security, racism.

**DATA DE RECEBIMENTO:** 01/03/2026

**DATA DE APROVAÇÃO:** 25/04/2026



**Isabel Cristina Lopes Barbosa**

Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Informação e Comunicação em Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz, Brasil. Pesquisadora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil, e assistente social na Redes da Maré, Brasil.

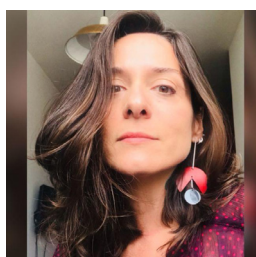
E-mail: [isabelclbarbosa@gmail.com](mailto:isabelclbarbosa@gmail.com)



**Mayalu Matos Silva**

Doutora em Saúde Coletiva. Pesquisadora no Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli/ Programa de Pós Graduação em Saúde Pública/ Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz, Brasil.

E-mail: [mayaluxxx@gmail.com](mailto:mayaluxxx@gmail.com)



**Fernanda Mendes Lages Ribeiro**

Professora e pesquisadora no Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli/Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brasil. Atua nos temas saúde coletiva, violência e saúde, políticas de drogas, racismo e psicologia social comunitária.

E-mail: [fefe.mendeslr@gmail.com](mailto:fefe.mendeslr@gmail.com)